

TERMO DE REFERÊNCIA	DOD N°47/2025
1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE	
<p>Razão Social: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM. CNPJ nº: 03.183.937/0001-38 Endereço: Avenida Constantino Nery, nº 5733, Flores, CEP 69058-795. Cidade: Manaus Estado: Amazonas</p> <p>Equipe de Planejamento da Contratação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carleteane Alves Pinto / GETI • Shirlane Gonçalves do Val / GECOB • Ívia Victória Monteiro Lima de Mattos /GEPEC • Márcia Campelo da Silva / GEPEC 	
2. OBJETO	
2.1. Produto ou serviço a ser contratado:	
2.1.1. Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de informática Tablet com tecnologia 5G e fornecimento de acessórios para auxiliar nas atividades externas da AFEAM.	
2.2. Característica do Objeto	
2.2.1. O objeto, aquisição de equipamentos de informática, é considerado comum.	
2.3. Subcontratação	
2.3.1. Não aceita subcontratação do objeto.	
3. JUSTIFICATIVA	
<p>3.1 Considerando que a AFEAM desenvolve, principalmente no interior do Estado, atividade de cobrança e acompanhamento de financiamento junto aos seus clientes de forma manual onde todas as informações são catalogadas manualmente através de formulários impressos, demandando tempo de preenchimento, organização, logística e segurança da informação.</p> <p>3.2 Visando aumentar a eficiência do processo de acompanhamento das operações de crédito na capital e principalmente no interior, com a eliminação de atividades de impressão de documentos, organização, grampeamento, logística para enviar aos municípios, diminuição de carga e despachos nos aviões/barco/taxi/moto táxi. Dessa forma, os técnicos necessitarão de menos tempo para a realização dessas atividades.</p> <p>3.3 A contratação deste objeto, com acesso online ao AfeamNet, permitirá o registro e comparação de fotos, emissão e envio dos boletos e outros serviços para melhor segurança e celeridade nas</p>	

atividades de operações de crédito da AFEAM.

3.4 A contratação está alinhada com a política e normas administrativas da instituição. A realização da despesa dessa contratação está prevista no Planejamento Estratégico 2024-2027 para ser executado no exercício de 2025 com as seguintes indicações: Conta Principal de nº 8.1.7.24.00.00.000 – DESPESAS DE MATERIAL, na Subconta de nº 8.1.7.24.00.00.002 – BENS DE NATUREZA PERMANENTE.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E DO QUANTITATIVO

4.1 Especificações e quantidades:

4.1.1 O objeto a ser contratado será licitado da seguinte forma:

Lote	Item	CATMAT	Qtd.	Und Fornecimento	Descrição do material ou serviço
1	1	487693	11	Und	Aquisição de equipamentos de informática Tablet com tecnologia 5G e fornecimento de acessórios (Conforme item XII abaixo) para auxiliar nas atividades externas da AFEAM.
	2	433938	11	Und	Aquisição de Cartão de Memória Micro SD de, no mínimo, 1TB (conforme características descritas no item V deste Termo).

4.1.2 Trata-se de contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos de informática: Dispositivos Móveis Portáteis - Tablet (5G) com fornecimento de acessórios, para auxiliar nas atividades externas da AFEAM.

4.1.3 Havendo divergência de descrição em relação às descritas no CATMAT, do Comprasnet deve prevalecer as especificações e/ou condições do objeto estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.4 Descrições Técnicas dos produtos

4.1.4.1 Requisitos Mínimos do Dispositivos Móveis Portáteis Tablet:

I. Processador:

- a) Velocidade do Processador: 2.9GHz, 2.6GHz, 1.9GHz
- b) Tipo de Processador: Octa Core.

II. Especificações Físicas:

- a) Dimensões (AxLxP, mm): 165.8 x 254.3 x 6.0
- b) Capacidade da Bateria interna e recarregável (mAh): 8000

c) Cor: Cinza/Preto/Grafite

III. Tela:

- a) Tamanho (Tela Principal): 10.9 polegadas
- b) Resolução (Tela Principal): 2304 x 1440 (WUXGA+)
- c) Tecnologia (Tela Principal): TFT
- d) Profundidade de Cor (Tela Principal): 16M

IV. Câmeras

- a) Câmeras Traseiras – Foco Automático: Sim
- b) Câmera Frontal – Resolução: 12.0 MP

V. Armazenamento/Memória

- a) Memória RAM (GB): 8 GB
- b) Memória de Armazenamento Interno (GB): 128 GB
- c) Armazenamento Externo: Capacidade para incluir MicroSDXC, mínimo 1TB
- d) Velocidade Recomendada do MicroSD: cartões com classificação UHS-I U3 ou superior

VI. Rede / Bandas

- a) Chip: Dual-Sim
- b) Slot de Chip: Chip + e-Sim + MicroSD
- c) Redes: 2G, 3G, 4G e 5G

VII. Conectividade

- a) Versão de USB: USB 2.0
- b) Localização: GPS, Glonass, Beidou, Galileo, QZSS
- c) Conector de Fone de Ouvido USB Type-C
- d) Wi-Fi: mínimo 6 (802.11ax)
- e) Wi-Fi Direct: Sim
- f) Bluetooth: Bluetooth v5.3 (COMPLEMENTADO)
- g) Perfis de Bluetooth: A2DP, AVRCP, DI, HAP, HFP, HID, HOGP, HSP, MAP, OPP, PAN, PBAP, PBP, TMAP
- h) PC Sync: Smart Switch (Versão para PC) ou similar

VIII. Idioma: Português

IX. Sistema Operacional: Android 15 ou superior

X. Peso: mínimo de 500 gramas e máximo de 600 gramas

XI. Sensores: Acelerômetro e Sensor de Impressão Digital



XII. OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO VIR ACOMPANHADOS DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ACESSÓRIOS:

- a) Capa Protetora (11 unidades);
- b) Caneta Digital para tela touch do mesmo fabricante do tablet (11 unidades);
- c) Carregador (11 unidades);
- d) Cabos de Dados (11 unidades);
- e) Guia Rápido (11 unidades);
- f) Extrator de bandeja de MicroSD SIM Card (11 unidades);

XIII. Áudio e Vídeo

- a) Formato de Reprodução de Vídeo: MP4
- b) Formato de Reprodução de Áudio: MP3, M4A, 3GA, AAC, OGG, OGA, WAV, AMR, AWB, FLAC, MID, MIDI, XMF, MXMF, IMY, RTTTL, RTX, OTA;
- c) Resolução de Reprodução de Vídeo: UHD 4K (3840 x 2160) @60fps
- d) Microfone integrado ao equipamento;
- e) Alto-falantes integrados ao equipamento;

XIV. Resistência a água e poeira: classificação IP68

XV. Conectividade: SIM

- a) SIM Físico
- b) ESIM

XVI. USB Conector: USB Type-C

4.1.5 Os equipamentos Tablet deverão ser enviados lacrados, novos e com garantia mínima de 12 (doze) meses do fabricante em todo território nacional.

4.1.6 Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.1.6.1 Garantia: O prazo de garantia dos bens deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses.

4.1.6.1.1 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido na cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;

4.1.6.1.2 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

4.1.6.2 Manutenção e assistência técnica: Os itens fornecidos pela contratada devem possuir assistência técnica credenciada pelo fabricante na cidade de entrega dos equipamentos, ou seja, na cidade de Manaus.

4.1.7 Prazo de Entrega:

4.1.7.1 Após a solicitação da AFEAM, a empresa terá o prazo de até 30 (trinta) dias para a entrega



do produto solicitado, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento;

4.1.7.2 Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses após data da entrega do(s) mesmo(s), quando for o caso;

4.1.7.3 Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

4.1.8 É de inteira responsabilidade dos fornecedores a observação quanto às especificações dos produtos, constantes neste instrumento, de forma a serem atendidas integralmente.

4.1.9 Todas as despesas e providências decorrentes do transporte, seguro, bem como quaisquer outras que se fizerem necessárias, serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada.

4.1.10 Os fornecedores deverão informar, na proposta de preços, a marca e o fabricante do produto, valor unitário e valor total (limitados a duas casas decimais).

4.1.11 Quanto aos aspectos ambientais, os equipamentos especificados devem fazer parte de um processo de aquisição de produtos certificados e qualificados com selos de qualidade de acordo com as normas vigentes. Portanto, as especificações devem contemplar além das características da matéria-prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem.

4.1.12 Os licitantes deverão apresentar proposta de preços de acordo com tabela abaixo:

Lote	Item	Descrição	Unidade Fornec	Qtd	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Aquisição de dispositivos móveis portáteis - tablet (5G) com fornecimento de acessórios	Un	11			
	2	Aquisição de Cartão de Memória Micro SD de, no mínimo, 1TB (conforme características descritas no item V deste Termo).	Un	11			
VALOR TOTAL							

4.2 Informar necessidade de visita técnica:

4.2.1. Não há necessidade de visita técnica para este objeto.

5. FORMA DE CONTRATAÇÃO: MODALIDADE

5.1. Modalidade de licitação:

5.1.1 Será adotado o Procedimento na modalidade Similar ao Pregão Eletrônico.

5.2. Critério de julgamento das propostas:

5.2.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE.**

5.3. Critério de adjudicação/ seleção do fornecedor

5.3.1. O critério de adjudicação será por lote.

5.4. Opção pela utilização ou não do Sistema de Registro de Preços

5.4.1. Não deverá ser utilizado o Sistema de Registro de Preços.

5.5. Permissão ou vedação quanto à participação de consórcios

5.5.1. Não será permitida a participação de consórcios.

5.6. Permissão ou vedação quanto à participação de cooperativas;

5.6.1. Será permitida a participação de cooperativas.

6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os produtos solicitados deverão ser entregues na sede da AFEAM, situada nesta cidade, na Av. Constantino Nery nº 5733 – Bairro Flores, Manaus - AM, devidamente acompanhada de Nota Fiscal, a ser conferida e atestada pelo setor de patrimônio. Os dias de entrega são de segunda a sexta, das 8:30h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h;

6.2. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito posterior de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.2.1. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.3. AFEAM encaminhará Autorização de Fornecimento - AF à CONTRATADA, contendo todas as informações necessárias à entrega;

6.4. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação por meio de termo circunstanciado, mediante a análise e aprovação dos seguintes documentos:

I. Nota Fiscal ou Fatura do (s) material (is) entregue (s);

II. Recibo, que poderá ser substituído por comprovante de pagamento emitido pelo financeiro da AFEAM;

III. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e do FGTS, mediante apresentação do



Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos em validade.

6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado para esta licitação é sigiloso, na forma do art. 34 da Lei nº 13.303/2016.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado após o fornecimento, efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal e ateste do fiscal técnico do contrato, que se dará mediante a apresentação dos documentos elencados no item 6 deste Termo de Referência.

9. REAJUSTE

9.1 Considerando que a contratação será realizada por escopo, não se aplica reajuste de preços, uma vez que a totalidade dos itens será adquirida em uma única etapa, imediatamente após a Autorização de Fornecimento – AF, devido a necessidade da AFEAM.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

10.1 O prazo de execução da aquisição será de até 30 (trinta) dias e o prazo de vigência do contrato, será de 90 (noventa) dias, a iniciar-se da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas nos artigos 181 e 182 do RILC-AFEAM.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Os materiais adquiridos serão fornecidos de forma integral pelo fornecedor, de acordo com a solicitação da AFEAM, a ser materializada por meio da Autorização de Fornecimento – AF.

12. AMOSTRAS

12.1. Não haverá exigência de amostras para a presente contratação.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Cumprir fielmente o objeto do contrato;

13.3. Entregar os produtos de acordo com o pactuado;

13.4. Indicar nome e telefone para comunicação e notificação para atendimento das demandas, bem como esclarecimentos de dúvidas de qualquer natureza quanto aos produtos objeto do



contrato;

13.5. Responsabilizar-se por todo o ônus referente à entrega dos produtos no almoxarifado da AFEAM;

13.6. Responsabilizar-se pela troca de produtos:

13.6.1. Efetuar a substituição (permuta) de produtos que, eventualmente, apresentem defeitos detectados no prazo de até 07 (sete) dias úteis após a entrega, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento de comunicação escrita emitida pela Coordenadoria de Patrimônio da AFEAM, informando a ocorrência do defeito;

13.7. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

13.8. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATANTE todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à consecução do objeto do contrato;

13.11. Atender prontamente as instruções do fiscal do contrato inerentes à execução do objeto contratual, quanto ao horário e local de entrega do objeto do contrato, permanência e circulação de pessoas no prédio da CONTRATANTE, dentre outras, devendo instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

13.12. Apresentar a licença ambiental ou dispensa, caso não seja obrigada pela atividade que exerce;

13.13. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE, bem como por toda e qualquer alteração relativa a incidência de impostos, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus ou ação judicial;

13.15. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Permitir à CONTRATADA executar o objeto do contrato;

14.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a boa e fiel execução do objeto do contrato;

14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

14.4. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;



14.5. Nomear Fiscais Técnico e Administrativo, bem como seus substitutos do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

14.6. Rejeitar o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo imediata correção ou substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na execução, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE;

14.7. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relevante relacionada com o objeto do contrato;

14.8. Realizar as retenções legais e recolhê-las para os órgãos competentes.

15. EXIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO

15.1. Critérios de Habilitação Jurídica

15.1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

II. empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede;

III. microempreendedor individual (MEI): certificado da condição de microempreendedor individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na junta comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no registro civil de pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no registro civil das pessoas jurídicas ou no registro público de empresas mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;



VIII. os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

IX. para representação por meio de instrumento de procuração, a empresa com proposta de menor preço deverá apresentar, o instrumento particular ou público de procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome da empresa representada. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação por meio de cópia do contrato social e ou outro documento constitutivo.

15.2. Critérios de Qualificação Técnica

15.2.1. Serão solicitadas as seguintes documentações para a comprovação de qualificação técnica:

a) 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica que deverão comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação e deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente do licitante;

1.a) com relação à quantidade dos atestados a que se refere o inciso II do subitem 15.2, deverá demonstrar que o licitante executa ou executou contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, que correspondam a 30% (trinta por cento), do quantitativo dos itens em que o licitante for vencedor, ou seja, 3 (três) serviços/materiais iguais ou similares a quaisquer dos descritos neste Termo de Referência;

15.3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira

15.3.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a presente licitação será **exclusiva para participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, considerando o valor estimado e o objeto da contratação.

15.3.2 Atendendo ao previsto no art. 97, IV do RILC/AFEAM, será dispensado a apresentação da qualificação econômico-financeira, ou seja balanço patrimonial do último exercício social e certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, da microempresa ou da empresa de pequeno porte, para fins de habilitação desta licitação, considerando o fornecimento de bens para pronta entrega de materiais.

15.4. Regularidade Fiscal

15.4.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso;

II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e

III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).



16. CONTRATO

16.1. As cláusulas referentes à presente contratação estarão descritas na Minuta do Instrumento equivalente ao Contrato, anexo do Edital de Procedimento na Modalidade Similar ao Pregão Eletrônico.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. As empresas Contratadas deverão observar, no que couber, as recomendações e procedimentos contidos na IN SLTI/MPOG nº 01/2010.

18. PENALIDADES

18.1. Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa, na forma prevista neste Contrato; e

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 2 (dois) anos.

18.2. As sanções previstas nos incisos I e III, do item 18.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

18.3. A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à CONTRATADA, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

18.3.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.4. No caso de inexecução parcial, incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da AFEAM;

18.5. No caso de inexecução total, incidência de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da AFEAM;

18.6. A sanção de multa será aplicada na execução do contrato, quando a CONTRATADA cometer alguma das infrações constantes da "Tabela 1 - Grau de infrações", respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência, constantes na "Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau";

Tabela 1: Grau das Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
------	-----------------------	------

01	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas.	01
02	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE.	02
03	Deixar de atender às demandas e solicitações da CONTRATANTE nos prazos e horários estabelecidos em Comunicados, no Edital e seus Anexos.	02
04	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas, e mesmo após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE.	02
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	02
06	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais.	03
07	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	03
08	Utilizar as dependências da AFEAM para fins diversos do objeto do contrato.	03
09	Retirar das dependências da CONTRATANTE qualquer equipamento ou material que não seja de sua propriedade ou que esteja previsto em contrato, sem autorização prévia do gestor/fiscal do contrato.	03
10	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	04
11	Não entregar os equipamentos, produtos e/ou prestar os serviços contratados na data avençada.	04
12	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência.	04

Tabela 2: Aplicação de multas para serviços comuns ou aquisições:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
02	0,3% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato

18.7. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256.

19. GARANTIA



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

19.1. Não é prevista a exigência de garantia contratual, visto que se trata de aquisição de material. Caso ocorra alguma indisponibilidade na entrega do material por culpa da CONTRATADA, já é previsto em cláusula contratual multa por descumprimento do contrato, conforme demonstrando no item 18.4.

20. APROVAÇÃO

20.1. A Equipe de Planejamento da Contratação declara que este Termo de Referência, referente ao DOD nº 47/2025, está de acordo com a Lei nº 13.303/2016, bem como com o RILC-AFEAM.

Manaus, 29 de maio de 2025.

Carleteane Alves Pinto

Especialista de Fomento/GETI
Mat. 788

Shirlane Gonçalves do Val

Coordenadora/GECOB
Mat. 351

Ívia Victória Monteiro Lima de Mattos

Especialista de Fomento/GEPEC
Mat. 784

Márcia Campelo da Silva

Assessora/GEPEC
Mat. 596

De acordo,

Manaus, de de 2025.

Aprovação da Área Administrativa

JACQUES DOUGLAS MOTA GONÇALVES

Gerente da GERAD

APROVO,

Manaus, de de 2025.

Autoridade Competente

MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO

Diretor-Presidente

